

NOÇÕES
ELEMENTARES
DE **DIREITO**
NOTARIAL
E REGISTRAL



SUMÁRIO

CAPÍTULO I - ASPECTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES _____ 25

1. Introdução _____ 27
2. Conceitos de funcionário público: uma abordagem interdisciplinar _____ 28
3. Notários e registradores como funcionários públicos para fins penais (CP, art. 327) _____ 38
4. Responsabilidade penal e imputabilidade: ausência de distinção e posição na teoria geral do crime (teorias causalista e finalista da ação tripartida e bipartida) _____ 43
5. Responsabilidade penal, civil e administrativa: o princípio da independência relativa das instâncias _____ 48
6. Efeitos penais da condenação (CP, arts. 91 e 92): a perda da delegação _____ 58

CAPÍTULO II - DELITOS FUNCIONAIS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES _____ 67

1. Introdução _____ 69
2. Crimes de falso no exercício da função (CP, arts. 297, 299, 300 e 301, *caput*) _____ 71
 - 2.1. Conceitos penais de documento público e documento particular _____ 75
 - 2.2. Falsidade material e falsidade ideológica (CP, arts. 297 e 299) _____ 77

2.3. Falso reconhecimento de firma ou letra (CP, art. 300) _____	87
2.4. Certidão ou atestado ideologicamente falso (CP, art. 301, <i>caput</i>) _____	89
3. Concussão e corrupção passiva (CP, arts. 316, <i>caput</i> , e 317) _____	92
4. O problema dos emolumentos e a possível tipificação do excesso de exação (CP, art. 316, §§ 1º e 2º) _____	98
5. Responsabilidade dos notários e registradores pelo crime de condescendência criminosa (CP, art. 320): o dever genérico de diligência do art. 30, inciso V, da Lei 8.935/92, e a ausência de prazo para comunicar faltas disciplinares dos escreventes, auxiliares e substitutos _____	105
6. O delito de abandono de função, que tipifica o abandono de “cargo”: alcance dessa elementar do tipo penal (CP, art. 323) _____	110
7. Registro de loteamento ou desmembramento irregular ou clandestino (art. 52 da Lei 6.766/79) _____	114
8. Lavagem de ativos (art. 1º da Lei 9.613/98) _____	121
9. Discriminação em razão de deficiência (art. 88 da Lei 13.146/15) _____	130
10. Lavratura ilegal de ato notarial do Estatuto do Idoso (art. 108 da Lei 10.741/03) _____	138
11. Omissão na comunicação de crime de ação penal pública (art. 66, I, Lei das Contravenções Penais – Decreto-lei 3.688/41) _____	142
12. Responsabilidade penal dos auxiliares, escreventes e substitutos (arts. 20 e 22 da Lei 8.935/94) _____	145

13. Responsabilidade dos notários e registradores por atos de improbidade administrativa (arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92) _____	147
--	-----

CAPÍTULO III - ENSAIO SOBRE AS REPERCUSSÕES PENAIS DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E DAS NOVAS MODALIDADES DE FAMÍLIA _____ 157

1. Introdução _____	159
2. Proteção penal da família e o princípio da intervenção mínima _____	159
3. A descriminalização do adultério e os efeitos da <i>abolitio criminis</i> (CP, arts. 2º, <i>caput</i> , e 240, e Lei 11.106/05) _____	163
4. A revogação das causas de extinção da punibilidade relacionadas aos então denominados “crimes contra os costumes” (CP, art. 107, VII e VIII, e Lei 11.106/05) _____	167
5. Crimes contra o casamento e o estado de filiação: a reconfiguração do bem jurídico, a partir do reconhecimento de novas modalidades de família e da paternidade socioafetiva _____	169
5.1. Bigamia (CP, art. 235): inaplicabilidade do tipo à união estável e a validade do primeiro casamento como questão prejudicial _____	174
5.2. Parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido (CP, arts. 242): a ausência do elemento subjetivo do tipo e da lesividade – ou ofensividade –, diante da consolidação da paternidade socioafetiva _____	179
Referências Bibliográficas _____	195